

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de março de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Targino Machado comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente das Sessões no período de três dias, conforme atestado médico anexado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, imprensa presente, iniciamos esta semana com muita preocupação com os acontecimentos ocorridos não apenas durante a semana passada, mas, eu digo, desde o final da eleição de 2014, do grave acirramento político que estamos vivendo. De uma disputa, e não estou aqui falando, Sr. Presidente, das disputas legítimas partidárias, mas do clima de divisão que o nosso País está vendo crescer a cada dia. A radicalização desse processo.

Eu, ontem, li a coluna do *Jornal Estado de São Paulo*, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e gostaria de trazer para esta Casa, mais uma vez, alguns assuntos dos quais eu concordo com o ex-presidente Fernando Henrique. Já tive oportunidade de, em outros momentos, Sr. Presidente, trazer a esta Casa essa discussão.

Nós não podemos fechar os olhos para o grave momento que a política está vivendo no nosso País. Como disse, as disputas partidárias são legítimas. Mas não é isso que estamos vendo. E eu confesso que estamos muito próximos do insuportável. Não é possível que a classe política - e aí eu incluo governo e oposição - ainda não se deu conta da grave crise representativa que os partidos e os políticos enfrentam atualmente no nosso País.

Precisamos deixar de lado as disputas políticas, neste momento, porque o Brasil não aguenta mais divisões. O Brasil não aguenta mais essa linha imaginária que foi traçada: quem está de um lado é do bem e quem está do outro é do mal, dependendo da preferência política deste ou daquele cidadão.

Precisamos enfrentar e reconhecer para toda a sociedade brasileira, deputado Leur, que esse sistema político brasileiro faliu. A presidente Dilma, o senador Aécio Neves, a ex-ministra Marina... qualquer brasileiro que hoje queira, com a melhor das intenções, dar um novo ar a este Brasil não conseguirá, com esse sistema político atual.

Nós precisamos cortar na própria carne. Não tem como convivermos - e aqui faço a mea-culpa, porque faço parte de um partido dos chamados nanicos -, mas não temos mais condição de sobreviver em um país com mais de 30 partidos. Nós não temos mais condição de fazer o chamado governo de coalizão, que nada mais é, deputado Leur, que a única forma que se tem hoje: que é de se repartir os governos entre os partidos, para permitir a dita governabilidade.

Não é possível que nós tenhamos mais de 30 ideologias representadas nos partidos políticos do nosso País. Eu defendo que os partidos sejam livres e que as pessoas tenham a oportunidade de criar esse ou aquele partido com o qual se identifiquem. O que não podemos aceitar é que esses partidos sejam bancados por financiamentos públicos e que nós vejamos, por exemplo, o mais recente partido criado, que é um partido que traz no seu nome Partido da Mulher Brasileira e que, pasmem, senhores, só tem dois deputados do sexo feminino.

Então, não podemos aceitar e fazer de conta que esse é um problema apenas

desse ou daquele governo. Nós precisamos chamar as grandes lideranças deste País...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- (...) - para concluir, Sr. Presidente, com a sua tolerância -e fazemos o enfrentamento de mostrar à sociedade que precisamos encontrar um novo caminho para a política. Porque esse caminho que nós estamos vivendo só nos levará ao fracasso, à miséria e à falta de representatividade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Ê, baixinho retado!!!

A Sr^a Luiza Maia:- Quem é o macho aqui? Ele ou eu?

(Deputados se manifestam.)

A Sr^a Luiza Maia:- Ah, é ele? Porque se fosse comigo, eu iria lhe dar o troco, iria lhe dar a resposta.

O Sr. Zé Neto:- Mulher retada.

(O deputado continua falando. Trecho inaudível.)

A Sr^a Luiza Maia:- Ah, certo. Eu estou subindo aqui e você grita isso, não deu para entender com quem era. Por isso, eu perguntei.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nosso Líder, eu já estou aqui muito estressada com um bocado de machista em Camaçari, e o senhor vem com uma conversa dessa quando estou subindo à tribuna. Ainda bem que ficou claro.

Mas o que eu quero, Sr. Presidente, é deixar aqui registrado o meu repúdio. Estou apresentando nesta Casa, hoje, uma moção de repúdio ao prefeito de Camaçari, à banda La Furia e, por extensão, ao cantor Léo Santana, que deitaram e rolaram com a baixaria, com o desrespeito, com a desmoralização às mulheres na festa de Arembepe.

Eu não sei, deputado Bira Corôa, se o senhor esteve ontem em Arembepe, mas foi uma vergonha. Três mulheres peladas em cima do trio da La Furia, levantando a perna, estufando as nádegas. Uma verdadeira esculhambação no horário de 3 horas da tarde. Uma festa de um povoado que tem uma tradição de cultura, cultura de raízes, e aquela esculhambação, aquela desmoralização às mulheres. Uma verdadeira provocação.

Um prefeito que, para mim, pirou de vez. E ainda colocou uma candidata mulher. A candidata que ele está apoiando é uma mulher, e ele faz um tipo de apologia à desvalorização, ao desrespeito à mulher, e à violência. Inclusive, a banda La Furia – que nós havíamos denunciado ao Ministério Público – assinou um TAC com a Promotoria, dizendo que não cantaria as baixarias, mas cantou todas. Ela e Léo Santana também.

Eu nunca vi o Léo Santana fazer esse tipo de canção. Acho que gostou do clima que Ademar aprontou lá com a La Furia e, aí, baixou o pau também. Se eu citar

aqui alguns versinhos das músicas que foram cantadas em Camaçari, vocês vão se envergonhar e pedir para eu parar.

Então, eu quero deixar aqui registrada essa nota de repúdio. Um desrespeito total. Em 2013, o município aprovou a Lei Municipal Antibaixaria. O ex-prefeito Caetano colocou a cláusula 6ª dos contratos que são assinados com as bandas e com as produtoras nas festas do município, dizendo que não podem cantar músicas que agridam a mulher, que desvalorizem a mulher. Têm 30% de desconto no cachê.

Ontem, o nosso observatório da Lei Antibaixaria esteve presente na festa, e estão aí gravados áudios para todo lado, vídeos para todo lado. Realmente, uma verdadeira vergonha. Nós vamos denunciar o prefeito e essas duas bandas no Ministério Público, porque acho que a situação foi uma verdadeira agressão, uma verdadeira provocação às mulheres de Arembepe.

Mas eu também não posso deixar de registrar aqui a minha indignação com o que aconteceu, sexta-feira, neste Brasil. Eu acho que esse Dr. Moro, esse tucano que todo mundo sabe que é filiado ao PSDB, alguém tem que parar esse homem. Não dá para ser da forma que ele está pensando que é. Não dá para uma pessoa comprometida – sua mulher trabalha para a *Globo*, trabalha para o PSDB, trabalha para as petroleiras estrangeiras – ter a postura que esse moço teve na sexta-feira passada. Houve uma verdadeira agressão ao povo brasileiro, ao atacarem, prenderem o ex-presidente Lula daquela forma que fizeram. Um verdadeiro espetáculo: pararam o Brasil, porque todas as televisões tinham que mostrar e explicar os detalhes daquela provocação, daquela agressão, daquele desrespeito. Uma condução coercitiva desnecessária, ilegal, arbitrária, ofensiva, como nunca vi na minha vida. Mas eles não perdem por esperar. Eu me lembro que, em 2007, quando a Polícia Federal fez isso com o ex-prefeito Caetano – e também com o pai do deputado Adolfo Viana –, vimos o troco. No ano seguinte, o ex-prefeito Caetano teve 74% de apoio da população de Camaçari, num reconhecimento de que o que havia acontecido tinha sido uma palhaçada. Assim como o que esse juiz Moro fez: uma verdadeira palhaçada. É um espetáculo midiático que ninguém suporta mais. Ninguém mais aguenta a *Globo*, não tenho condição de assistir nenhum telejornal, porque é uma verdadeira campanha, um verdadeiro acinte a nossa inteligência.

Então, quero deixar aqui registrado esse absurdo que aconteceu com o presidente Lula. Como disse Lula, eles bateram no rabo da jararaca, não mataram a jararaca. Ela está viva e o povo brasileiro, a militância, os partidos aliados estão voltando – nunca deveriam ter saído – às ruas tanto para apoiar o nosso presidente quanto para exigir que a nossa presidenta faça as mudanças e reformas necessárias neste Brasil.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Informamos a visita de estudantes do Colégio Estadual Duque de Caxias, da Liberdade: sejam bem-vindos. (Palmas.)

Por favor, deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Funcionários desta Casa, Imprensa; alunos do Colégio Estadual Duque de Caxias, do nosso populoso bairro da Liberdade: é um prazer tê-los aqui neste plenário.

Mas, Sr. Presidente, queria tratar especificamente de dois assuntos que, por serem de interesse de nós deputados, certamente é de interesse público também. O primeiro deles diz respeito aos projetos de lei de iniciativa de deputados que foram aprovados aqui nesta Casa. Ano passado, parece que pouco mais de 30 projetos de lei de iniciativa de deputados foram aprovados, nenhum fora sancionado pelo Exmo. Sr. Governador e apenas 7 foram promulgados pela presidência desta Casa.

Portanto, quero defender aqui interesses de todos os deputados. Quando estamos defendendo a promulgação desses projetos de lei, entendemos que eles serão benéficos para a sociedade como um todo. Mas queria chamar a atenção, meu caro deputado Sandro Régis, Líder da nossa Bancada, que, desses 7 projetos de lei que foram promulgados pela presidência desta Casa, 6 deles foram de iniciativa de deputados da Situação e apenas um de deputado da Oposição. Logo, quero fazer um apelo para que a Mesa Diretora leve ao presidente desta Casa o pedido para que haja mais agilidade na promulgação desses projetos de lei de iniciativa de deputados que são aprovados aqui.

O outro tema, Sr. Presidente, diz respeito, também, as nossas emendas, as emendas chamadas impositivas, que não conseguimos ter uma finalização desse assunto aqui, esse debate que se reivindica. Evidente, quando fazemos essas emendas no orçamento do Estado, mais uma vez é na tentativa de levar benefício à população baiana. Eu mesmo tive o trabalho de direcionar mais de 70% do valor que temos direito nas emendas impositivas para a área de saúde, para a Santa Casa de Misericórdia de Valença, que é uma unidade hospitalar que substitui o poder público. Como lá não temos hospital regional, é como se fosse o nosso hospital regional e não possui ainda uma unidade de terapia intensiva. Até hoje não temos notícia da liberação, do empenho dessas emendas.

O parágrafo 10 do art. 160 da nossa Constituição estadual diz que é obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, do valor incluído em lei orçamentária por emendas individuais, em montante correspondente 0,33% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. Portanto, é um direito do parlamentar direcionar recursos para as suas comunidades, é um dever do poder Executivo fazer essa execução orçamentária. Portanto, Sr. Presidente, é mais esse apelo que faço a V.Ex^a para levar esses temas à presidência da Mesa.

Por fim, quero chamar a atenção aqui, mais uma vez, meu caro deputado Bira Corôa, acerca da insegurança pública que vivemos na Bahia. No final de semana, a população do município de Tancredo Neves teve a oportunidade de assistir ao vivo um filme de cinema, daqueles filmes de ação, de tiroteio, nos quais a bandidagem chega arrombando casas, sequestrando empresários, trocando tiros no meio da cidade. E, infelizmente, no que diz respeito à segurança pública o Estado, ali está totalmente ausente.

Quero deixar aqui o nosso protesto e chamar a atenção, mais uma vez, do secretário de Segurança Pública do governo do Estado da Bahia para que tome as devidas providências no sentido de fazer voltar à sociedade baiana o sentimento de uma segurança melhor para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Senhora Presidente ora em exercício, deputada Luiza Maia; Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados; meus amigos e amigas das galerias, estudantes deste colégio histórico e tão antigo, que tantos serviços têm prestado à educação pública deste Estado, que é o Colégio Duque de Caxias, situado num dos bairros mais emblemáticos da cidade, bairro de origem operária, muito importante nesta cidade.

Falarei um pouco sobre o episódio da sexta-feira, que na verdade não é da sexta-feira. Isso vem se arrastando por muito tempo, numa investigação sem fim, com fins meramente políticos, com a polícia política, com parte do Judiciário comprometido com o golpe neste País. Qual o crime de Luiz Inácio Lula da Silva? Contrariou a história fora do *script* da classe dominante deste País, um filho da classe trabalhadora, um operário que veio do Nordeste e transformou-se em presidente da República, é visto por todo a vida. E aí a elite brasileira, o capital internacional nunca vai perdoar esse intruso homem do povo que teve a coragem e que, junto com o povo brasileiro passou a governar este País.

E, aí, numa agressão criminosa ao estado de direito, à democracia brasileira, se organiza, de forma descarada, nesse País uma rede de televisão que se diz um órgão de imprensa, mas que já sabia, já tinha preparado os seus helicópteros, todas as equipes de reportagem ali em frente à casa do ex-presidente, antes mesmo da operação se iniciar. Esse é o conluio.

Ali se organizava um golpe contra a democracia brasileira, contra as conquistas que o povo teve no governo presidido pelo homem cuja maior especialidade é justamente a negociação, que foi um conciliador. E por que toda essa agressão? Se aqui esse País foi comandado por ele pelo período de 8 anos e se desenvolveu, cresceu economicamente, distribuiu renda, mas também os empresários ganharam muito dinheiro. Não se pode dizer que ele teve uma posição vingativa. Nunca! É um conciliador nato, um negociador que vem da sua origem, do sindicalismo brasileiro.

Qual o crime que esse homem cometeu? E hoje com a crise do capitalismo mundial, se armam as forças do capitalismo internacional querendo fazer o mesmo que fizeram na Venezuela, no Egito, no Oriente Médio, para roubar, sugar os recursos naturais do povo, para submetê-lo com crise. Farinha pouca, meu pirão primeiro. Essa intervenção por parte da elite entreguista: assim fizeram com Getúlio, desse mesmo jeito, assim fizeram com João Goulart, quando foi deposto. E a história não se

repete, só se repete como farsa.

Espero que a elite brasileira compreenda que dessa vez pode ser diferente. O povo brasileiro, a classe trabalhadora, os movimentos sociais organizados, não permitirão a ousadia descarada dessa elite que prepara, na verdade, um golpe. Nós vamos resistir. Nós vamos às ruas, não tenho dúvida, vivemos isso em 1964, sabemos como eles fizeram e isso não vai se repetir, não queremos que a sociedade brasileira seja cindida e seja tomada pela violência...

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):-Para concluir deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- (...) esperamos que a direita também compreenda isso. Era isso, Sr^a Presidente, falta tempo, mas esperamos discutir isso aqui com muita profundidade, porque todo político, aquele homem que vive da relação direta com o povo, que media conflitos, que faz a verdadeira política sabe do risco que estamos correndo. Nós não queremos isso para a sociedade brasileira. A política para administrar conflitos e não a violência que a elite, neste momento, prega para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, deputada Luíza Maia, Srs. Deputados e Deputadas, senhores e senhoras servidores desta Casa.

Senhora Presidente, sexta-feira o Brasil assistiu mais uma das manobras golpistas da aristocracia deste País na perspectiva de frear um projeto transformador que vem mudando a realidade do povo brasileiro, incluindo setores antes excluídos dessa nossa sociedade. O ato imposto pelo Moro e consequentemente a ação cumprida pela Polícia Federal, nada mais é do que um sequestro ao ex-presidente Lula porque o ato por si só já comprova a sua ilegalidade, aplica-se uma ação onde não há a reação.

O que quero dizer com isso? Lula em hipótese alguma rejeitou ser ouvido, sequer foi convidado, sequer foi solicitado, muito menos convocado, então a ação por si só foi ilegal. E essa ação é tão ilegal que a própria *Rede Globo* precursora desse processo não admite citar a reação popular contra ela: foram 3 veículos queimados da *Rede Globo* em menos de meia hora. E ela foi incapaz de dizer que seus veículos estavam queimados, sabe por quê? Porque a reação popular espontânea já disse que não vai aceitar esse golpe contra Lula, não vai aceitar esse golpe contra a democracia brasileira.

A *Rede Globo* sabe que no próximo dia 13 – quando ela está organizando os “coxinhas” para tomar as ruas deste País – os seus carros não irão dar cobertura porque o povo brasileiro vai dar a resposta. E é por isso que ela não divulgou, nobre deputado Joseildo, que os carros foram queimados, porque ela percebeu que se ela noticia os veículos queimados viraria praxe – todos os carros – porque foi assim que a

sociedade brasileira recebeu todas as equipes da *Rede Globo* naquele fatídico dia: onde ela chegava era rejeitada, e ela sabe muito bem disso.

O golpe montado na perspectiva de fazer a grande propaganda ou a espetacularização para o dia 13, foi frustrada, porque a reação da sociedade a levou para as ruas. E a gente aqui pode colocar muito bem, o PT nasce das lutas, nasce nas organizações populares, nasce das ruas: é no MST, é no movimento sindical, é na sociedade civil organizada que nasce a necessidade de defender esse projeto e esse programa. E eu não tenho dúvida alguma de que no dia 13 a grande marcha que eles estão produzindo será frustrada, porque será praticamente retomada pela ação da sociedade. O Brasil, no dia 13, vai ser, mais uma vez, vermelho, o Brasil vai estar nas ruas, os movimentos sociais organizados dizendo não ao golpe, não a esse processo escuso na tentativa de quebrar a democracia brasileira.

Então, muito tranquilamente posso dizer: dia 08 comemoraremos mais uma data importante no mundo e no Brasil, que é o Dia Internacional da Mulher, na marcha das mulheres. Elas irão às ruas deste País para dizer que não aceitam golpe, que não aceitam as manobras judiciais, que não aceitam a indignação da Polícia Federal, porque nesse exato momento têm que trabalhar, porque antes não produziam neste País. As mulheres estarão em marcha organizando, deputada Luiza, a nossa reação no dia 13 e a grande marcha desse País, do povo brasileiro, que será no dia 18.

Então é por isso, Sr. Presidente, que com muita tranquilidade venho reafirmar a satisfação de estar neste Partido e ser um dos seus fundadores, do o Partido dos Trabalhadores, que tem tido a coragem – juntamente a diversos Partidos aliados, todos aqueles que compõem a base de sustentação – de promover a real transformação da realidade socioeconômica do povo brasileiro.

A indignação e a insatisfação...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir deputado!

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) da elite, não será suficiente para ofuscar a vontade popular e a força da nossa democracia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputada Luiza Maia – única deputada presente neste momento –, gostaria de aproveitar este momento para conclamar todos os pares que nos ouvem e nos assistem aqui na Assembleia para manifestarmos o sincero pesar em relação aos últimos acontecimentos ocorridos e reprisados pelos momentos difíceis que já vivemos, em um passado recente, desde a época de Getúlio Vargas, passando por Juscelino Kubitschek, passando por João Goulart e, agora, passando por Lula.

Causa espécie a todos os políticos embora alguns fiquem silentes. Causa espécie para a classe política ficar silente ao ver uma delação premiada, que ainda não havia sido homologada, ir às páginas de uma revista semanal.

Ora, como um conteúdo sigiloso, abrigado no arcabouço jurídico brasileiro, salta, por um processo perverso e mediático, para antecipar, em dois dias, a delação premiada não homologada do senador Delcídio do Amaral?

Agora, a antessala apronta um golpe anunciado há vários meses.

Agora, com a condução coercitiva, prepara-se a cena!

Imaginem que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, dá uma baixa no juiz Sérgio Moro, pois este último desconheceu aquela peça jurídica basilar e clara que não traz nenhum equívoco, nenhuma possibilidade de interpretação dúbia. Você só pode levar alguém de maneira coercitiva se tiver uma intimação, uma convocação, um convite, uma formalidade antecedente! Nenhuma delas aconteceu!

O juiz Sérgio Moro trouxe um argumento que a classe política não pode aceitar!

Vejam, não cabe, a nenhum juiz, fazer lei. O juiz não é legislador. Nós somos os legisladores e deveremos prezar pela democracia assegurada a duras penas. Vergonha? Isso temos de ter, porque a classe política, como um todo, está no lixo, porque não se impõe.

Por isso, nós não poderemos admitir aquele argumento fajuto. O juiz Sérgio Moro estava prevenindo a integridade física de Luiz Inácio Lula da Silva!

Ora!, Existe prerrogativa para qualquer juiz, de maneira sigilosa, convocar ou convidar para prevenir algo dessa espécie. É preciso discutir a sanha perversa e mediática que aponta para dias cinzentos, a fim de cercear a liberdades, duramente, conquistadas e os avanços incontestes que aconteceram com o advento do governo Lula.

Então, todos nós deveremos cerrar fileiras, independente da matriz ideológica, para evitar que dias sombrios voltem a acontecer em nosso País em desfavor das futuras gerações! É isso! Esta é a máxima, pois temos de, nesta tribuna, evitar o silêncio obsequioso e omissos para bradarmos e dizermos, aos quatro cantos deste nosso rincão baiano, que não aceitamos, pela tradição baiana, o que está-se amalgamando.

Quanto a um golpe, tenho certeza de que haverá muita resistência a partir do brasileiro que experimentou dias melhores depois do presidente Lula comandando este País. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos em permuta com o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Deputado Zé Raimundo, quero lhe agradecer a oportunidade de fazer esta inversão, pois esta é muita gentileza da sua parte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores, imprensa, eu me coloquei para falar por dois fatos neste momento.

Observem, trata-se do fato ocorrido na última sexta-feira. Deputado Joseildo, gostaria de falar acerca do que vimos, repito, na última sexta-feira, pois o mesmo foi combinado entre a revista *IstoÉ* e a *Rede Globo de Televisão*.

Em minha opinião, o juiz Sérgio Moro – certo? – e a *Rede Globo de Televisão* ficarão marcados na história da República brasileira quanto àquele dia. Bem, quem está dizendo isso não sou eu. Quem disse foi o ministro Marco Aurélio Mello ao afirmar não existir na Constituição aquele formato utilizado pelo juiz Sérgio Moro.

Eu só quero admitir, no fundo, no fundo, que aquilo foi um sequestro feito ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que, deputado Joseildo Ramos, não existe este instrumento de coerção para alguém que tinha se colocado, publicamente, por várias vezes, estar à disposição da Justiça para prestar qualquer esclarecimento sobre qualquer tipo de investigação.

Ou seja, se na Constituição Federal não há este instrumento, eu só posso creditar que tudo aquilo foi feito para justificar a cinematografia ou este formato midiático em que há este conluio com a *Rede Globo de Televisão*.

Lamentavelmente, estamos vivenciando situações como esta. Tenho dito isso aqui que não é... Logicamente, o fato de ser ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva traz uma repercussão muito maior. Por outro lado, isso não pode ser admitido com nenhuma pessoa com qualquer vinculação ideológica seja do PT ou DEM ou PMDB ou PSDB ou qualquer que seja o partido político.

Não podemos admitir que a democracia seja rasgada como foi na sexta-feira passada!

Aqui, quero lamentar aquele episódio triste para a sociedade brasileira.

Hoje, deputado Joseildo, a *Folha de São Paulo* coloca o objetivo desta situação claramente. Está escrito, hoje, na *Folha de São Paulo*, que o objetivo concreto é tornar o ex-presidente Lula inelegível – certo? – por 8 anos ao alegar improbidade administrativa. Ou seja, isso está escrito, hoje, lá *Folha de São Paulo* qual é o objetivo.

Então, eu lamento que um personagem da Justiça brasileira se coloque à mercê de uma posição política, do interesse de um agrupamento político! É lamentável isso que está acontecendo na sociedade brasileira! Estou dizendo isso, porque faria da mesma maneira, se estivesse acontecendo com um militante de qualquer partido político, seja do PSDB, do PMDB, do DEM ou do Partido dos Trabalhadores, porque cabe a nós, legisladores que somos, defender esse posicionamento. É lamentável também que quem tinha obrigação constitucional de defender as leis brasileiras se submeta a posicionamentos como esse.

Quero aqui, meu querido presidente em exercício, Bira Corôa, lamentar aquele episódio de sexta-feira, e espero que seja possível repor... Também quero mandar um recado para a minha presidenta Dilma Rousseff: os órgãos subordinados ao governo que pactuaram com posições como essas devem ter a repreensão necessária, do tamanho que for avaliado, por ter rompido com as regras da legalidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento de diversos parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Aliás, hoje, os deputados do Partido dos Trabalhadores chegaram cedo na Casa e se inscreveram maciçamente, como que para usarem todo o Pequeno Expediente na defesa do ex-presidente Lula. Deputado Joseildo Ramos, eu não subiria a esta tribuna para atacar o presidente Lula! Acredito que a Justiça Federal e o Ministério Público, esses, sim, têm a competência e a capacidade de fazerem o julgamento do presidente Lula. Não cabe, aqui, a nenhum parlamentar prejudicar o ex-presidente Lula, mas, sim, ao juiz Sérgio Moro e ao Ministério Público. Se o presidente Lula tiver culpa, ele pagará; se ele não tiver, será absolvido.

Quero dizer que o Partido dos Trabalhadores perdeu a capacidade de conduzir o nosso País. A presidente Dilma Rousseff, deputado Rosemberg Pinto, perdeu a capacidade de fazer com que o nosso País avance. V.Ex^{as} sobem a esta tribuna e tentam transformar o ex-presidente Lula numa vítima. Acho que isso não cabe aqui! Nem nós devemos prejudicá-lo, nem V.Ex^{as} devem dizer que ele é inocente. A Justiça Federal e o juiz Sérgio Moro, juntamente com o Ministério Público, estão aí justamente para tirarem as dúvidas.

Então, quero dizer a V.Ex^{as} que a minha maior preocupação, hoje, é com o País. Que condição a presidente Dilma Rousseff tem de continuar a conduzir o nosso País? Eu acho que ela perdeu a condição. Ela pretender permanecer no poder significa perpetuar um projeto de poder, um projeto partidário, porque ela não tem condição, hoje, de tirar o País do caos que se encontra.

O desemprego e a violência estão subindo assustadoramente! Os juros! Empresas fechando as portas! Perdemos a capacidade de reagir!

O povo brasileiro irá, no dia 13 de março, às ruas não para pedir a prisão do ex-presidente Lula, mas para pedir a renúncia da presidente Dilma Rousseff. O povo brasileiro não aguenta mais viver num País que não tem a menor perspectiva de reencontrar o caminho do progresso e do desenvolvimento!

Tenho a certeza, deputado Sandro Régis, que a nossa Bancada, liderada por V.Ex^a, saberá se manifestar, aqui, sendo uma caixa de ressonância da sociedade que não consegue enxergar um futuro com o atual governo que aí está. A presidente Dilma Rousseff perdeu a condição de governar esse País.

Pergunto aos deputados do Partido dos Trabalhadores: para onde essa presidente está nos levando? Qual o projeto, qual o caminho que ela nos apresenta para tirar o País da crise que se encontra? Não existe, deputado Pablo Barrozo! Eles não têm um projeto para o País! Eles têm agora, sim, uma ânsia de permanecer com o poder nas mãos, e é isso que a sociedade brasileira não quer e não aceitará. Queremos

um caminho, uma luz no fim do túnel! Queremos avançar para um caminho que possa nos tirar dessa crise.

Não adianta, deputado Pablo Barrozo, alguns aqui defenderem o ex-presidente Lula! O ex-presidente Lula acertará as contas dele com a Justiça! Se tiver culpa, pagará o preço; se não tiver culpa, será absolvido. O que não podemos é ficar, aqui, sem dar a nossa palavra em defesa do povo brasileiro.

Vocês podem ter a certeza de que a maioria dos brasileiros, no dia 13 de março, estará nas ruas, cobrando um posicionamento da atual presidente da República.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, imprensa, deputadas e deputados, baianos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, gostaria de começar, hoje, falando um pouquinho do nosso Estado. Estou a torcer para que o governador Rui Costa traga bons investimentos para o Estado, para que ele consiga algo para a Bahia, para sairmos desse estado de penúria, de abandono. O Estado está parado, e o governador, infelizmente, não tem nada a mostrar para a população baiana. Torço para que ele venha de lá com boas notícias. Não acredito muito, nem tenho muita esperança com relação a isso, mas torço. Não acredito, porque é muito difícil qualquer País estrangeiro, hoje, investir no nosso Estado, investir no nosso País. Por que é difícil? Porque nós estamos com a economia a bancarrota, nós estamos com a economia em declínio.

Há duas semanas, o grau de investimento do Brasil foi rebaixado! Como você acha que algum País vai querer investir aqui? Infelizmente chegamos a esse ponto. O governador Rui Costa, deputado Adolfo Viana, foi a China, está lá postando fotos de reuniões, mas até agora não respondeu, Líder Sandro Régis, ao requerimento de V.Ex^a a respeito do que foi apontado ontem na revista *Veja*, a respeito dos R\$ 255 milhões, melhor dizendo, a respeito dos R\$ 255 mil. É tanto dinheiro, é tanta cifra que a gente se perde! Fala-se na devolução de R\$ 500 milhões por um funcionário da Petrobras, na delação premiada. Você perde a noção do que são R\$ 500 milhões, deputado Pastor Sargento Isidório. É tanto dinheiro, é tanta roubalheira, que a gente se perde nos números.

O governador Rui Costa tem de responder, em alto e bem som – ele tem assessoria de imprensa, tem comunicação e sabe o que está acontecendo aqui na Bahia –, à população baiana e à revista *Veja* se houve ou não esse pagamento simulado. Ele tem de se defender. Em nome dos baianos, gostaria de que ele se posicionasse.

Vejo as posturas do Partido dos Trabalhadores nacional e do ex-presidente Lula como um acinte à inteligência dos brasileiros. Uma vergonha! Hoje, ele está demonstrando, realmente, quem é Luiz Inácio Lula da Silva.

O Partido dos Trabalhadores, hoje, tem a mania contumaz de responder acusando, atacando. Infelizmente, ele não responde. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – não quero fazer prejulgamento, porque esse caso do ex-presidente, deputado Adolfo Viana, é de polícia; quero falar de política, não quero falar de polícia – está no lugar certo. Deixe que ele resolva e se dê o veredito lá. Mas não posso desacreditar na Justiça brasileira. Aqui eu não posso tentar acusar e criar dossiê contra juiz, contra a *Rede Globo*, contra qualquer outro veículo de comunicação.

Não posso vir falar de democracia, e o meu partido tentar calar a boca de todos os meios de comunicação por diversos anos. Tentou-se fazer no Congresso Nacional a Lei Anticensura... Eu não posso fazer isso, não posso tentar desestabilizar! Existem o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. O Executivo acabou de acabar. A presidenta Dilma Rousseff não tem condições políticas e administrativas para tocar o País. O governo federal está parado; a presidenta está do tamanho do seu governo. A Câmara dos Deputados esta paralisada por conta do problema que acontece com seu presidente. E assim a Justiça é a única, desse avião de três turbinas, que funciona. E V.Ex^{as} vêm aqui querer condenar a Justiça.

Tenho certeza de que o Brasil não se transformará numa Venezuela, que era quem pagava as contas, junto com o mensalão e o petrolão, antes de Lula entrar nessa bola de neve criada para se manter do poder. Tenho certeza de que a democracia irá vencer.

Agora, esse discurso pequeno de querer atacar as pessoas que estão exercendo o seu papel; de querer gozar, brincar, sorrir com a inteligência da população brasileira, não vai a lugar nenhum. Vocês não vão conseguir se comunicar com a população brasileira através desse discurso. Esse discurso está pautado na mentira, esse discurso não tem base! Infelizmente, perderam a noção da realidade.

O que acontece, hoje, no País é que a presidenta Dilma Rousseff não é preparada nem tem a moral, a ética para renunciar ao cargo que ela sabe não ter condições para ocupar. E estamos aí tentando: ou salva Lula, ou salva Eduardo Cunha, ou salva a presidenta Dilma Rousseff. Enquanto isso o País está afundando no que foi criado por vocês, Partido dos Trabalhadores.

Gostaria de finalizar, Sr. Presidente, dizendo do respeito que tenho por muitos dos parlamentares e pelas pessoas. Ontem, ouvi a entrevista do ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-prefeito de Porto Alegre Olívio Dutra, com um discurso contemporâneo, correto. Vi nele uma pessoa que não está satisfeita com o Partido dos Trabalhadores, que gere o nosso País. Infelizmente, hoje não é governo federal, mas uma organização que está lá gerindo o nosso País. Entra ano sai ano e é a mesma coisa.

Quem vai dar o grito de liberdade? Quem vai dar o grito da mudança? É a população brasileira. Espero que a população, no dia 13, vá às ruas para mostrar, realmente, que o povo brasileiro está acima de um partido e acima de uma pessoa. Enfim, está acima de todos!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, tenho muita tranquilidade de vir a esta tribuna para falar o que eu e, tenho certeza, a maioria dos brasileiros pensam. Vejo neste momento o Partido dos Trabalhadores tentar politizar um assunto que não tem de ser político.

Não estou aqui para prejudicar ninguém, porque essa não é a minha função, quem tem de julgar é a Justiça, seja ele quem for. Mas o que sentimos e vemos é uma rica demonstração – pelos procuradores federais, pela Polícia Federal, por todos os órgãos competentes nessa operação – de provas e fatos verídicos. E você não pode querer tampar nem tampouco, deputado Luciano, criar uma situação que não existe, porque os fatos e as provas por si só fazem dessa situação uma realidade.

É inadmissível o Partido dos Trabalhadores, diante de um gerente da Petrobras que faz uma delação premiada e diz que vai devolver R\$ 500 milhões e que esses R\$ 500 milhões foram acordados com o partido, querer dizer que isso é mentira. É inadmissível ver o diretor da Petrobras Paulo Roberto apontar onde está o dinheiro, o caminho desse dinheiro, e você dizer que é mentira.

Acho que não podemos usar esta tribuna para acusar, até porque nós não temos legitimidade para isso. Para isso existem a Justiça, os procuradores e os juízes federais que estão conduzindo esse processo. Mas nós temos obrigação de dizer os fatos, e esses fatos não são os políticos que dizem, não é a imprensa que diz. Esses fatos são percorridos pelos próprios atores que estão envolvidos na Lava Jato.

Ora, senhores, não sou eu que estou aqui para dizer se é ou não é. A Polícia Federal, deputado Luciano, vai a um sítio onde estão todos os pertences do ex-presidente Lula, onde estão os documentos pessoais do ex-presidente Lula, e você querer dizer que esse sítio não é do ex-presidente Lula?! Vai ao triplex, investiga as pessoas que prestaram serviço nesse apartamento; pergunta à empresa que pagou, pergunta quem acompanhou a obra, e querer dizer que não é do ex-presidente Lula?!

Ora, vamos aqui tratar os fatos como eles devem ser tratados. Não somos nós que estamos apontando ou dizendo isso. Quem está fazendo essa denúncia são as pessoas envolvidas diretamente nesse processo.

Para concluir, Sr. Presidente.

E aí, em vez de procurar defender, de procurar explicar, porque pode até, de repente, não ser: foi do amigo, foi um favor –, parte para a violência, parte para a agressão. Acho que esse não é o caminho.

Por último, a Polícia Federal, ao subir à cobertura do ex-presidente, descobre que as duas coberturas eram usadas pelo ex-presidente. E a cobertura ao lado é do sobrinho de Bumlai.

Ora, é querer achar que o povo brasileiro, no mínimo, é estúpido e um bando de alienados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, deputado Bira Corôa que dirige esta sessão, galerias, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu gostaria, Sr. Presidente, de trazer para esta breve intervenção as minhas congratulações com o amigo Léo Gambá, prefeito do Município de Jânio Quadros, que na sexta-feira passada inaugurou uma quadra poliesportiva e, também, a reforma do Colégio Municipal Lauto Alves Brito. Quero cumprimentar todos os professores e parabenizá-lo por mais essa realização, com o apoio do nosso mandato e do mandato do deputado federal Waldenor Pereira.

Trago também, Sr. Presidente, a informação sobre um grande ato que realizamos na sexta-feira em Vitória da Conquista, com a presença de vários partidos políticos, lideranças locais e regionais, com a bancada de vereadores dos partidos de apoio aos governos municipal e estadual, e, evidentemente, com as nossas presenças, minha e do deputado federal Waldenor Pereira, para apreciarmos o quadro político e, também, para manifestarmos a nossa solidariedade ao presidente Lula e repudiarmos o que nós consideramos um ato de transgressão constitucional, que foi o ato de coação contra o nosso presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Esse episódio vai marcar, sem dúvida alguma, um grande debate na sociedade brasileira, não apenas em função dessa situação transitória. Mas é fundamental que o mundo político, que os partidos façam um debate sobre o sistema eleitoral partidário e político nacional. Não dá mais para continuarmos com essa situação que foi, no fundo, a responsável, que levou a esse quadro político atual em função do chamado fenômeno da governabilidade. Caso não tenhamos um sistema político-partidário à moda europeia, através de lista pré-ordenada, através do voto nos partidos e nos programas, e também um Parlamento capaz de ser reconhecido como o lugar da soberania popular, as aventuras do aparelho do Estado vão aparecer.

Nos municípios, são aquelas chantagens que nós conhecemos, de câmara de vereadores contra o prefeito, de prefeito sufocando a câmara, às vezes do poder econômico local, ameaçando a soberania popular. Idem nas assembleias legislativas. E no plano nacional, é o Congresso Nacional que constantemente chantageia o Executivo.

E ainda, nos últimos 30, 40 anos, o fenômeno da mídia, que historicamente cumpriu e vai cumprir um papel fundamental para as liberdades democráticas.

Mas nós já estamos vendo surgir nos municípios os blogueiros, uma verdadeira ameaça às personalidades públicas.

E nacionalmente as famílias que controlam e dirigem, praticamente, todas as

informações deste País.

É fundamental que desta crise que estamos vivendo saia uma nova proposta de refundação do Estado brasileiro, das instituições democráticas.

No primeiro mundo, a imprensa tem controle social. E na Alemanha, na França, em Portugal, na Itália e na Espanha as grandes redes de televisão são estatais e públicas, sem serem, necessariamente, governistas ou controladas pelos partidos. Por isso, é essencial que construamos uma nova governança que passe pelo cidadão e por sua representação pelo Estado brasileiro.

E não dá para tolerarmos essa situação em que um juiz de 1ª instância praticamente paralisa o País ao arrepio da lei, acabando com a instância recursal, no caso, a 3ª instância recursal, convocando ao seu bel-prazer pessoas sem os ritos da legalidade.

Esse é um debate que haveremos de fazer, Sr. Presidente.

Gostaria de demonstrar que na região começa uma grande organização das câmaras de vereadores com os partidos políticos de forma plural para respondermos a esse ataque ao princípio da soberania e da democracia representativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, para uma comunicação inadiável.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, é com imensa tristeza que faço esta comunicação no Plenário desta Casa. E eu já apresentei uma moção.

Houve um gravíssimo acidente na estrada que liga Casa Nova a Juazeiro e 4 membros da mesma família faleceram. É com imensa tristeza que apresento a Moção de Pesar nesta Casa pelo falecimento de Margarida Rodrigues da Mata, Margareth Rodrigues da Mata, Raimundo Borges Júnior e Geane Taís Amorim Nunes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Comunicação inadiável registrada.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, os Salmos 1 dizem: “Bem-aventurado o varão que não anda segundo o conselho dos ímpios, não se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores.”

Estou indignado, como a maioria dos brasileiros e brasileiras, com a pirotecnia praticada por um juiz de Direito que, aos meus olhos, não representa bem a sua classe, porque é um juiz parcial, é um juiz político. É como se ele fosse preparado para tal operação. Primeiro, parabenizo o Judiciário brasileiro, o Judiciário baiano, o Ministério Público e os demais órgãos de controle. Até porque entendo que sem esses órgãos, também sem a imprensa, esta Nação estaria sangrando muito mais. É hora de

transformação social, é hora de justiça social e sem a imprensa, sem Justiça séria, sem Ministério Público sério, sem órgãos de controle sérios, estaríamos de mal a pior.

Graças a Deus que o Judiciário baiano é bom exemplo de Justiça nesta Nação, que o Judiciário brasileiro...

Mas não posso ficar alegre quando alguém que conhece a lei, a serviço de um partido político qualquer, joga fora qualquer possibilidade de ter sido visto como juiz imparcial. A Justiça não pode ter partido, não tem cor e não tem religião.

Ficou muito clara aquela ação vergonhosa de levar como sequestrado um ex-presidente da Nação, que pode ter falha e defeito. Por isso que li aqui que bem-aventurado quem não se assenta na roda dos escarnecedores.

Lamentavelmente, o PT construiu a história desta Nação, o PT construiu as coisas boas e as maiores evoluções que há nesta Nação, mas se contaminou, entrou nos seus quadros algum que estava mal-intencionado e alguns dos seus antigos, lamentavelmente, quedaram-se à mosca vermelha, à mosca azul, e permitiram a corrupção. Mas eu não digo é o PT, foi o PT, foi o governo. O que foi o PT e foi o governo foi a transformação social desta Nação, transformação na educação, transformação em todas as áreas falando. É aquele presidente que foi humilhado, desrespeitado. Não estou dizendo que ele é melhor do que ninguém, mas não posso me calar com a maneira arbitrária que fizeram com o Lula do povo, o Lula que construiu, que modificou a história desta Nação.

Quero dizer em alto e bom som que se quiserem pegar marginais em partidos já é verdade. Lá, dentro do PT, se enche uma Kombi, aliás, lá dentro do PT, um micro-ônibus sai socado de ladrões, de bandidos irresponsáveis. Mas quando sai do PT para outro partido aí também tem que ser o metrô de São Paulo que não vai fechar as portas, vai andar gente em cima.

Então quem é que tem condição de metralhar de qualquer forma o Partido dos Trabalhadores? Eu não faço mas parte dele, mas sou um homem de justiça, sou um pastor evangélico e, às vezes, fico preocupado quando vejo determinados religiosos, hipócritas, tentando, inclusive, enlamear o que não se pode com cor partidária.

Eu quero dizer em alto e bom som que o povo brasileiro não é mambembe, não vai aceitar que, simplesmente, resolvam esse problema atacando só um partido político. Se querem prender bandidos e ladrões, se querem mudar esta nação aproveitem e façam também para descobrir, para trazer à tona quem é o dono do helicóptero dos 400 quilos de cocaína, a que partido pertencem os responsáveis pelos 400 quilos de cocaína que mata os nossos jovens, que destrói nossas famílias.

Eu concordo que este País precisa ser passado a limpo, precisa cortar na carne, mas não aceito que um membro do Judiciário desça, agache-se, para transformar o Judiciário em partido político. Tem que se apurar, sim, as irregularidades desta Nação, mas com a honradez que tem a Justiça baiana, com a honradez que tem todo o Judiciário desta Nação, não um simples juiz que se colocou como militante político, desrespeitando, inclusive, a nossa gloriosa Polícia Federal. Sei que os policiais federais quando têm que cumprir determinados mandados, é como disse o presidente

Lula: “Me perdoe, presidente”, constrangidos, cumprindo ordem irregular de um juiz, não do Judiciário, porque o Judiciário que está nesta Nação é um Judiciário respeitoso e respeitado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concluindo.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente deputado Bira Corôa, Sr^a Deputada Ivana Bastos que está no plenário neste momento, Srs. Deputados, senhores taquígrafos, servidores desta Casa, senhores que estão nas Galerias e aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, diversos oradores, hoje, ocuparam a tribuna sempre na posição que cada um tem e defende nesta Casa de oposição e governo, alguns deles acusando e outros, como nós, no processo de defesa daqueles e daquele que consideramos o maior presidente que este País já teve.

Ouvi atentamente a fala de alguns. Ouvi a fala do companheiro, deputado Zé Raimundo, com equilíbrio, com sensatez, com o chamamento para a necessidade de uma reforma política tão importante neste País. E é com imensa tristeza, deputado Zé Raimundo, que temos que subir a esta tribuna no dia de hoje. Com imensa tristeza quando todos nós sabemos que não temos sido capazes de fazer a política com P maiúsculo; a política que pode, de fato, transformar, mudar a realidade; a política que é necessária que unidos possamos buscar essa realidade, essa nova realidade. Porque o Brasil é maior do que todas essas nossas disputas e não podemos permitir que nesse processo de disputa, que cada vez está mais presente, cada vez está mais se confrontando, possamos estar cada vez mais destruindo o nosso próprio País.

Alguns acham que talvez seja melhor destruir as instituições, acabar com as nossas grandes empresas, reduzir o tamanho da nossa economia para ter o resultado político que gostariam de ter obtido nas urnas e que, infelizmente para eles, felizmente para nós e para o povo brasileiro, não foram capazes de obter.

É claro, e fica cada vez mais transparente, está cada vez mais claro que a Lava-Jato não é uma operação política. O sequestro – assim se pode chamar – do presidente Lula, nessa última sexta-feira, ao que tudo indica é só mais um ataque espetacularizado pelos veículos de comunicação. Eles já sabiam do que ia acontecer, a TV já estava lá. Os sinais dados pelas redes sociais já diziam que algo muito grave aconteceria no dia seguinte. Isso demonstra claramente como esse processo se daria. E esse ataque foi contra um dos maiores líderes que este País já teve, e um atentado ao nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, contra o qual alguns aqui sobem a esta tribuna com tanto ódio, com tanto rancor, sem olhar para trás, sem ver o que mudou nessa realidade.

Quando chegamos no interior do Estado, naqueles rincões, onde estive neste

último final de semana, a gente percebe no homem do campo a alegria das conquistas que foram obtidas e de pequenos programas, deputado Luciano, V.Ex^a que sobe aqui com muita elegância, todas as vezes que sobe aqui, mesmo em posições contrárias e defendendo propostas diferenciadas, mas com muita elegância sempre. Alguns não são capazes de ter essa elegância ao dizer que a presidenta Dilma não é preparada para assumir... Alguém que quando jovem, deputada Ivana Bastos, submeteu-se ao que ela se submeteu, aceitou a tortura que recebeu e foi incapaz de delatar qualquer um dos seus companheiros, porque ela sabia que falar isso significaria levar esse companheiro para morte! E dizer que ela não está preparada para dirigir este País?!

Infelizmente, estamos ainda tentando ganhar as eleições de forma inadequada. Porque se o povo brasileiro acha que o Partido dos Trabalhadores não tem mais que conduzir os destinos deste País, ganhe nas urnas! Espere 2018! Em 2018 nós aceitaremos como aceitamos o resultado das urnas! Aceitamos tantas vezes em que o presidente Lula disputou as eleições neste País! Aceitamos quando ele foi, nos últimos momentos colocado naquela posição com aquelas denúncias absurdas que atingiu a sua própria família, levando para o lado pessoal esse debate. Mas nós ganhamos na eleição nas urnas. Ganhamos de forma legítima! Então, portanto, vamos aguardar 2018 para ver o que as urnas nos dizem e respeitar aqueles que venceram em 2014, especialmente nesse quase 8 de março, no mês da mulher, subindo aqui a esta tribuna com um pouco mais de respeito, deputada Ivana Bastos.

É preciso ter respeito por uma mulher de fibra, coragem e determinação que sempre se conduziu numa linha de extrema correção. Então, por isso, aplaudo! E com certeza o povo brasileiro não permitirá que o *impeachment* aconteça. Estaremos sempre na defesa de Dilma e Lula, porque mexeu com Dilma, mexeu com Lula, mexeu com o povo brasileiro!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- A sessão continua. É só para sugerir à deputada Maria del Carmen que requisiite essa sua fala na *TV Assembleia* e divulgue em redes sociais, porque foi muito sensível, muito bonita e feita de forma muito educada. V.Ex^a passa uma mensagem carinhosa e profundamente politizada.

Era só isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos vivendo na atualidade, como aqui reconhecem todos os oradores que nos precederam e também todos aqueles que são observadores da cena política do País, um momento de extrema gravidade, de crise institucional em nosso Brasil.

O momento é grave, é complexo! E não podemos, deputada Maria del Carmen,

tratar as coisas complexas como simples. É uma complexidade porque, ao se defender determinadas posições, corremos o risco de ofender outras. Determinadas conquistas são preservadas, mas outras podem ser atingidas e violadas. Digo isso porque alguns aspectos do momento político que vivemos devem ser tratados com a complexidade e a importância histórica que a situação requer. Não se pode discutir os temas e este momento com a simplicidade de, como afirmou o orador que nos precedeu nesta tribuna, dizer que no PT - palavras dele - tem uma kombi de malandros e ladrões, enquanto nos outros partidos tem um metrô de malandros e ladrões.

A simplicidade também não pode ser no sentido de buscar culpados para justificar o próprio erro. E a complexidade deve ser para preservar as verdadeiras instituições democráticas, apurar os verdadeiros culpados - se culpados foram - e punir sem prejudicar para que sejam mantidas, sobretudo, as garantias constitucionais que a duras penas foram conquistadas pelo povo brasileiro.

Daqui anteriormente já disse que não posso pensar, ao se querer moralizar o Brasil passando-o a limpo, como dizem muitos, em passar por cima de cláusulas pétreas da Constituição, como aquela do princípio da presunção da inocência. Não se pode, sob o argumento de que é preciso punir os corruptos, não permitir a hipótese de que aqueles cidadãos - todos eles - sejam presumivelmente inocentes. Se a Justiça é lenta, se a Justiça é ineficaz, que se administre o problema para torná-la melhor, mas não se pode fazê-lo assim como vem sendo feito.

O momento realmente é de extrema gravidade. E não vou fazer julgamentos!

Em um momento em que se tem um ex-presidente da República sendo investigado, sendo conduzido para prestar depoimento, nós precisamos refletir: qual o nosso papel atual, nós, que somos detentores do mandato? Será que não somos culpados, também, pela grave crise institucional que atravessa o País? O que de valorização neste Parlamento, nesta Casa do Povo, nós fizemos com os nossos mandatos? Nós estamos a permitir que outros Poderes aqui não interfiram? Será? Nós estamos a discutir qual a importância e a complexidade que efetivamente têm - e devem ter - os problemas maiores da sociedade? Ou estamos tratando-os todos com a simplicidade daquilo que não é simples?

Por isso, volto a repetir a todos nós, cidadãos: nós, principalmente, detentores de mandato, precisamos entender e refletir sobre o nosso papel neste momento histórico. Qual discussão devemos travar, qual o nível da discussão, qual a profundidade delas, qual a complexidade delas, e o que haveremos de deixar de legado para as gerações futuras, porque a gravidade do momento, a complexidade do momento é efetiva, e precisamos assim refletir. Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra pelo tempo de até 5 minutos o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, parabenizo a deputada Maria del Carmen por sua fala, há pouco, embora com muitos trechos não concorde. Parabenizo também o deputado Luciano Ribeiro, pela sua sensatez e pela clarividência do seu pensamento.

Senhores deputados, nunca subi a esta tribuna para chamar nenhum político de corrupto, de ladrão, sem que houvesse fatos que comprovassem esse pensamento e essas colocações. Aqui, o debate se transformou em teses apaixonadas. Militantes do Partido dos Trabalhadores, com exceção da deputada Maria del Carmen, integrantes de forma mais radical, mais voraz, na defesa do ex-presidente Luiz Inácio. Mas o que mais nos chama a atenção é quando esses políticos colocam nas costas da Oposição essas ações que levaram o Partido dos Trabalhadores à berlinda.

Ora, a Polícia Federal é um órgão que é subordinado à estrutura do poder central! Como é que nós, da Oposição... Que força nós temos na Polícia Federal para determinar que faça esta ou aquela ação, meu Deus do céu?! São discursos com que se tenta atingir as pessoas mais incautas, se tenta engabelar as pessoas mais incultas. É impossível aceitar de forma passiva esse tipo de colocação.

Outra questão que deve estar à baila neste momento, como ouvi há pouco um colega dizer, é que o juiz Sérgio Moro é integrante, faz parte de um partido que defende as teses da Oposição. Isso é hilário, temos que ouvir e entender de forma irônica esse tipo de pensamento. Temos que destacar que pode haver, em algum momento, equívoco do próprio juiz, que pode haver, em algum momento, alguma ação da Polícia Federal que tenha sido um pouco mais radical que o necessário, mas, aí, dizer que o juiz está a serviço de um partido político, que a Polícia Federal está mancomunada com a Oposição! É tão pueril e tão primária essa colocação, que não consegue sensibilizar mais ninguém.

O que de fato está acontecendo, e nós devemos nos ater, por enquanto, às investigações, e não formar um juízo de valor, eu não me precipitaria a tal, mas dizer que o que vem sendo revelado são fatos que aterrorizam, são fatos que chamam a atenção de todos nós de um modo geral, políticos, cidadãos e cidadãs deste País. Não pode o Partido dos Trabalhadores querer impingir, querer jogar nas costas da imprensa como se esta inventasse os fatos. A imprensa pode até colocar um pouco mais de tinta e colocar um pouco mais de ênfase nos fatos, mas os fatos estão aí. Os fatos são claros. Mas é necessário que tenhamos um pouco para formalizar um juízo de valor.

A ação de militantes ontem do Partido dos Trabalhadores na sede da Rede Globo é inaceitável. Eles querem “venezuelar”, eles querem transformar o Brasil numa Venezuela, um sistema de governo em que a imprensa não tem voz, não tem vez, em que o judiciário anda agachado e o Congresso não decide a não ser se for a favor do poder central. Portanto é necessário que tenhamos um pouco mais de calma, vamos aguardar os fatos.

Os arroubos, as defesas apaixonadas, neste momento, não condizem com a realidade. Eu prefiro aguardar os fatos. Até podemos dizer e, em alguns momentos, entender que não era necessária aquela ação da Polícia Federal para levar o presidente

a depor de forma coercitiva, e é uma questão a ser debatida, mas em nada inviabiliza, em nada vai manchar ou macular o belo trabalho que faz a Polícia Federal neste Brasil, mostrando independência. O juiz Sérgio Moro tem a coragem de estar à frente de um processo que está desmoronando todo um esquema que demonstra que havia favores entre políticos, empreiteiros e o governo federal.

Fica aqui a nossa fala para lamentar que essa discussão esteja sendo perpetrada pelas ruas, pelas redes sociais. Uns defendem cegamente o ex-presidente Luíz Inácio, e outros, para fazer a defesa de seu líder, acusam de forma irresponsável aqueles que também tiveram sua parcela de contribuição ao governar este País, como é o caso do ex-presidente FHC.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Não havendo quórum regimental, damos por encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.